



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Av. Narciso Silva, 1195
e-mail: compras@capadoleao.rs.gov.br

Site: www.prefeitura.capadoleao.com.br

Processo de Compras nº 027/2018

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/2018

Licitação exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006

TIPO: MENOR PREÇO (POR LOTE)

O Município de Capão do Leão, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, mediante Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, destinado a **REGISTRAR PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 95/2005 e, subsidiariamente a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar 155/2016, conforme descrito neste edital e seus anexos.

1 – LOCAL, DATA E HORA

- 1.1. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **25 de Junho de 2018** com início às **8h30min**, horário de Brasília - DF.
- 1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, das **8h30min do dia 13 de Junho** até às **8h25min do dia 25 de junho de 2018**.
- 1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2 – OBJETO

- 2.1. É objeto desta licitação a aquisição de **REGISTRAR PREÇO PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**, com especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste edital.

3 – PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderá participar do presente Pregão Eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 3.3. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.
- 3.4. Não será admitida a participação de empresas:
 - 3.4.1. Que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.
 - 3.4.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Capão do Leão, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor global e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.2.

5.1.1. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

5.2. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsiderados.

5.5. Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais e o preço global;
- b) especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante com exigências editalícias;
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;
- e) prazo de entrega conforme disposto no ANEXO I deste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração;
- f) indicação da marca ofertada; **vedada a indicação de duas ou mais marcas;**
- g) indicação da conta corrente em nome da contratada para futuros pagamentos descritos na proposta escrita.

5.6. Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.7. Não sendo emitida a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento/contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

6 – ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

6.1. O Pregoeiro via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta.

7 – FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.5. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

7.7. Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

8.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

9 – HABILITAÇÃO

9.1. Para habilitação, deverá a empresa vencedora apresentar, os documentos abaixo discriminados, em 1 (uma) via, originais ou em cópias autenticadas, obrigando-se a proponente a fornecer à Comissão Julgadora os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.

9.1.1. Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

9.1.2. As certidões e as declarações exigidas valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 60 (sessenta) dias, contados de sua expedição.

9.1.3. Os documentos exigidos para habilitação, bem como a proposta vencedora ajustada ao lance, serão encaminhados ao Pregoeiro, em original ou cópia autenticada no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a Sessão, prorrogável por igual prazo à critério da Administração, dentro do prazo de validade;

9.1.4. Para fins de autenticação de documentos, se a empresa desejar, poderá fazê-lo junto aos servidores municipais, munidos da cópia e mediante a apresentação dos originais;

9.1.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte, por ocasião deste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.1.5.1. Na hipótese de alguma restrição na habilitação fiscal, será processada na forma do art.43 Leis Complementares 123/2006 e 147/2014.

9.1.6. A falta de algum dos documentos supracitados decairá na INABILITAÇÃO da licitante.

9.1.7. Deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

MUNICÍPIO DE CAPÃO DO LEÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2018
ENVELOPE "02" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:
CNPJ:

9.2. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

9.2.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Cédula de Identidade e Registro comercial, no caso de empresa individual ou Certificado do MEI-CCMEI para microempreendedores individuais;
- b) Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Comprovação de atividade econômica pertinente ao ramo do objeto, através de:
 - Registro Comercial, no caso de Empresa Individual/Certificado do MEI – CCMEI; ou
 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.2.2. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência ou concordata ou execução patrimonial ou Certidão Judicial Civil Negativa expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Prova de enquadramento da empresa através da Declaração de Enquadramento assinada pelo responsável legal da empresa ou Certidão Simplificada em micro empresa – ME ou empresa de Pequeno Porte – EPP, autenticada e emitida pela Junta Comercial, dentro da validade de 60 dias, caso se tratar de ME ou EPP com exceção das MEIs, que o benefício se dá pelo Certificado do MEI – CCMEI.

9.2.3. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, que deverão estar de acordo com Art. 29 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, sendo este dispensado às MEIs;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município (Alvará), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- d) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e quanto a Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e RGFN (Certidão Conjunta Negativa), que abranja as Contribuições Sociais;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- f) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- g) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça de Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos de CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.2.4. **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

- a) Declaração que atende o disposto no art. 7º Inciso XXXIII da CF (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos);
- b) Declaração expressa que o proponente cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que tem pleno conhecimento do objeto licitado e concorda com as exigências constantes do Edital e seus anexos;
- c) Declaração que não possui no quadro societário servidor público na ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, junto à administração licitante.

9.3. Deverá ser enviada junto com a documentação, a proposta assinada com os valores unitários atualizados, conforme o último lance, contendo **Nome, CPF, CI, cargo do responsável legal pela assinatura do contrato e forma de contato (telefone/e-mail)**.

10 – IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

10.1.1. Caberá à autoridade competente decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

10.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

11 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

11.2. A licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo tiver sido aceito pelo pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

11.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 – RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

13.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, anexo I e em consonância com a proposta de preços;

13.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

13.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

13.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

14 – PRAZO DE ENTREGA

14.1. A entrega do objeto licitado deverá ser efetuada no prazo e condições descritas no **ANEXO I – Termo de Referência** deste Edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

15 – CONTRATO

15.1. Homologada a licitação, a Secretaria Municipal de Finanças, convocará o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora, para assinatura do contrato, exceto quando puder ser substituído por outro instrumento hábil (Autorização de Fornecimento / nota de empenho de despesa), sob pena

de decair o direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

15.2. Caso a empresa adjudicatária não assine o Contrato no prazo e condições estabelecidas na convocação, o Pregoeiro poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a revogação da licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei nº. 8.666/93.

15.3. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

15.4. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

15.5. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

16 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. **Quando licitante**, ficará sujeito às seguintes penalidades:

16.1.1. Ficarão impedido de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, conforme o disposto no artigo 7º da Lei no. 10.520/2002, nas hipóteses de:

- a) convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente;
- c) não mantiver a proposta dentro do prazo de validade;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

16.2. **Quando contratado**, ficará sujeito às seguintes sanções e penalidades:

16.2.1. Ficarão impedido de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, conforme o disposto no artigo 7º da Lei no. 10.520/2002, nas hipóteses de:

- a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto,
- b) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- c) cometer fraude fiscal.

16.2.2. Ficarão sujeito ainda às penalidades de:

- a) Advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento dos prazos fixados para as entregas previstas no contrato, sendo que estes fatos não causem grandes danos, prejuízos ou transtornos à administração;
- b) Multa no valor correspondente de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total contratado, por dia de atraso de entrega, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital ou Contrato, limitado a 10 (dez) dias, que após este prazo será considerado inexecução total;
- c) Multa no valor correspondente de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do contrato, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital ou Contrato.

16.3. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

16.4. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior;

16.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

17 – RECEBIMENTO, GARANTIA E QUALIDADE.

17.1. A administração receberá provisoriamente o objeto do contrato para exames, testes e verificação de quantidades, pelo prazo de 10 (dez) dias, sendo que, encontradas desconformidades, a coisa será devolvida mediante Termo de Devolução ao particular, no estado em que se encontrar, que por sua vez terá o mesmo prazo para devolver o objeto para a Administração.

17.2. Decorrido o prazo acima, sem manifestação da administração, o recebimento se transformará em definitivo.

18 – RESCISÃO

18.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

19 – PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a liberação da Nota Fiscal pela fiscalização à Contabilidade, mediante depósito na conta bancária, informada pelo Fornecedor na proposta financeira;

19.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal.

19.3. Havendo atraso no pagamento, será procedido a título de inadimplência o pagamento de 1% (um por cento) ao mês de juros.

19.4. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20 – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.2. A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93.

20.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº. 8.666/93.

20.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Capão do Leão, através do **e-mail: licitações.cpl@gmail.com**, ou pelo fone (53) 32751543 das 07h30min às 13h30min.

20.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

21.6. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

20.7. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Capão do Leão, na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

20.8. O Município de Capão do Leão se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

20.9. Integram este Edital de Pregão Eletrônico:

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Modelo das Declarações

Anexo III – Modelo da Proposta Comercial.

Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preço

Capão do Leão/RS, 06 de junho de 2018.

Pedro Gomes Moreira
Pregoeiro



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2018 – Município de Capão do Leão

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – OBJETO

1 – OBJETO: Aquisições de **MATERIAL DE EXPEDIENTE** para uso das Secretarias Municipais, conforme especificações contidas neste Anexo.

2 – ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES:

Item	Descrição	Unidade	Valor Referência	Quant. Min	Quant. Max.
Lote 1					
1	GRAMPEADOR MÉDIO de mesa metálico. Apoio de base em polietileno e coberto em resina termoplástica. Capacidade para grampear ate 25 folhas de papel 75g/m², Fabricado em chapa de aço. Base de fechamento do grampo com duas posições (grampo fechado e aberto)	Unidade	R\$ 18,50	1	148
2	Grampeador, tratamento superficial pintado, material metal e plástico abs, capacidade 20 folhas, aplicação papel cor: preto - aproximadamente compr. 12.5cm x larg. 3.5cm, grampos 26/6 mecanismo de abastecimento semiautomático, extrator de grampos na parte traseira, grampeador de mesa.	Unidade	R\$ 15,07	1	156
Lote 2					
3	GRAMPEADOR PARA MADEIRA, e pinador, corpo em chapa em aço cromado, possui ajuste de pressão da mola, para uso em estofaria, tapeçaria e uso geral, grampo reto de 4 a 14 mm de altura, grampo tipo U de 10 a 12 mm de altura, pinos tipo T de 10 a 14 mm de alt	Unidade	R\$ 76,36	1	31
Lote 3					
4	GRAMPO TRILHO 80MM, em chapa de aço revestida caixa c/50 pares	Caixa com 50 pares	R\$ 10,75	1	120
Lote 4					
5	GRAMPOS, de aço T50 13m. Caixa com 1000 unidades	Caixa com 1000 unidades	R\$ 6,45	1	52
Lote 5					
6.	GRAMPOS, tipo galvanizado 26/6. Caixa com 5000 unidades	Caixa com 5000 unidades	R\$ 4,93	1	485
7	GRAMPOS, tipo galvanizado 23/13. Caixa com 5000 unidades.	Caixa com 5000 unidades	R\$ 22,89	1	490
Lote 6					
8	LAPIS 6B GRAFITE ULTRA-RESISTENTE, madeira, embalagem com 12 unidades	Embalagem com 12 unidades	R\$ 22,18	1	93
9	LAPIS GRAFITE HB Nº 2 ultra resistente, madeira (cor externa preta), embalagem com 144 unidades.	Embalagem com 144 unidades	R\$ 28,97	1	61
10	LÁPIS PRETO, material corpo madeira, diâmetro carga 2 mm, dureza carga hb, formato corpo cilíndrico, material carga grafite caixa c/ 144 unidades	Caixa com 144 unidades	R\$ 63,06	1	137
Lote 7					
11	LAPIS DE COR ESCOLAR GRANDE, com 12 cores, tamanho JUMBO, com as seguintes características: formato jumbo; lápis com diâmetro maior; comprimento $\frac{3}{4}$; mina macia, mais grossa e resistente; traço escuro e excelente apagabilidade; embalagem com 12 cores; forma	Embalagem com 12 cores	R\$ 11,87	1	1402
12	LAPIS DE COR PEQUENO, com 12 cores, tamanho pequeno, com as seguintes características: formato jumbo; lápis com diâmetro maior; comprimento $\frac{3}{4}$; mina macia, mais grossa e resistente; traço escuro e excelente apagabilidade; embalagem com 12 cores; formato reto	Embalagem com 12 cores	R\$ 5,26	1	130

Lote 8					
13	LIMPA QUADRO NEGRO com depósito – em mdf, feltro 4cm com depósito para giz.	Unidade	R\$ 6,04	1	64
Lote 9					
14	LIVRO ATA, material papel off-set, quantidade folhas 100, gramatura 90 g/m2, comprimento 330 mm, largura 235 mm, características adicionais capa dura de papelão/folhas numeradas	Unidade	R\$ 13,78	1	261
15	LIVRO DE PONTO, quantidade folhas 100, tipo capa dura, cor capa preta, comprimento 320, largura 220, material papel alcalino, características adicionais folhas pautadas e numeradas, 31 pautas por página, gramatura 63	Unidade	R\$ 18,10	1	714
16	LIVRO DE PROTOCOLO com 100 folhas pautadas e numeradas seqüencialmente, com capa dura de 1040 g/m2, revestida em papel off-set 120g/m2, com folhas confeccionadas em papel apergaminhado de 63g/m2, no formato 153 x 216mm e com encadernação costurada.	Unidade	R\$ 11,60	1	258
Lote 10					
17	MOLHA DEDO	Unidade	R\$ 2,67	1	68
Lote 11					
18	PAPEL CARBONO A4, preto. Caixa com 100 folhas	Caixa com 100 folhas	R\$ 56,22	1	136
Lote 12					
19	PAPEL CREPOM AMARELO, dimensões mínimas 0,48 x 2,00m	Unidade	R\$ 1,23	1	261
20	PAPEL CREPOM AZUL, dimensões mínimas 0,48 x 2,00m	Unidade	R\$ 1,23	10	270
21	PAPEL CREPOM BRANCO, dimensões mínimas 0,48 x 2,00m	Unidade	R\$ 1,23	10	270
22	PAPEL CREPOM CINZA, dimensões mínimas 0,48 x 2,00m	Unidade	R\$ 1,23	10	270
23	PAPEL CREPOM MARROM, dimensões mínimas 0,48 x 2,00m	Unidade	R\$ 1,23	10	270
24	PAPEL CREPOM PRETO, dimensões mínimas 0,48 x 2,00m	Unidade	R\$ 1,23	10	270
25	PAPEL CREPOM ROSA, dimensões mínimas 0,48 x 2,00m	Unidade	R\$ 1,23	10	270
26	PAPEL CREPOM VERDE, dimensões mínimas 0,48 x 2,00m	Unidade	R\$ 1,23	10	270
27	PAPEL CREPOM VERMELHO, dimensões mínimas 0,48 x 2,00m	Unidade	R\$ 1,23	10	270
Lote 13					
28	PAPEL LAMINADO AMARELO, 250 gramas, formato a4	Unidade	R\$ 1,58	10	154
29	PAPEL LAMINADO VERDE, 250 gramas, formato a4	Unidade	R\$ 1,58	10	147
30	PAPEL LAMINADO VERMELHO, 250 gramas, formato a4	Unidade	R\$ 1,58	10	154
Lote 14					
31	PAPEL PARA FOTOGRAFIA, saturação e brilho realista em 98%, secagem ultra rápida, aceita impressão por meio de tinta corante e pigmentada, A4 gramatura 140gr. Características do produto: Papel fotográfico para impressora jato de tinta, alto brilho, secagem rápida. Embalagem com 100 folhas.	Embalagem com 100 unidades	R\$ 56,67	1	134
Lote 15					
32	PAPEL VERGÊ, 180g/m² 210x297, vergê na cor AREIA. Embalagem com 100 folhas	Embalagem com 100 unidades	R\$ 22,39	1	563
33	PAPEL VERGÊ, 180g/m² 210x297, vergê na cor BRANCA. Embalagem com 100 folhas	Embalagem com 100 unidades	R\$ 24,55	1	563
34	PAPEL VERGÊ, 180g/m² 210x297, vergê na cor MESCLADO. Embalagem com 100 folhas	Embalagem com 100 unidades	R\$ 23,40	1	163
35	PAPEL VERGÊ, 180g/m² 210x297, vergê na cor SALMÃO. Embalagem com 100 folhas	Embalagem com 100 unidades	R\$ 25,80	1	113
36	PAPEL VERGÊ, 180g/m² 210x297, vergê na cor VERDE CLARO. Embalagem com 100 folhas	Embalagem com 100 unidades	R\$ 25,80	1	113
Lote 16					
37	PASTA A-Z LOMBO LARGO -dimensões: altura: 25cm / altura: 28,5cm / profundidade: 6cm	Unidade	R\$ 13,57	1	121
38	Pasta A-Z suspensa com ferragem, suporte para etiqueta na lombada, borda inferior reforçada, tamanho aproximado 280mmx350mmx80mm.	Unidade	R\$ 6,01	1	6614
39	PASTA AZ, lombo largo, com revestimento em polipropileno, azul, mecanismo de abertura e fechamento em metal, orifício no lombo com arestas em metal, parte inferior da capa revestido com metal, com visor para identificação da pasta em plástico transparente.	Unidade	R\$ 16,52	1	241

Lote 17					
40	PASTA ABA ELÁSTICO ofício 4cm, dimensões aproximadas 35x23x4cm, transparente branca	Unidade	R\$ 4,33	1	231
41	Pasta com elástico Material: polipropileno . L x A x P: 180 x 245 x 01 mm, transparente	Unidade	R\$ 2,38	1	871
42	PASTA COM ELÁSTICO, pasta universitária de plástico, fechamento com elástico, espessura 2 cm. Dimensões aproximadas do produto (cm)- AxLxP 35x23x2 cm	Unidade	R\$ 2,72	10	1550
Lote 18					
43	PASTA ARQUIVO, com ferragem para dois furos, plastificada, vincada, formato fecho 48x33, papel 360gr, cor PARDA	Unidade	R\$ 8,10	1	2181
44	PASTA ARQUIVO, material polipropileno, transmitância transparente, características adicionais 1 aba elástica, relevo telado, elástico cor pasta, tipo documento, largura 266 mm, altura 360 mm, lombada 40 mm, cor branca	Unidade	R\$ 6,50	1	161
Lote 19					
45	PASTA CATÁLOGO, com 50 envelopes, 0,12 micras, 2454 x 335 mm, com 4 colchetes, com visor, PRETO, 100 envelopes grossos, parafusos metálicos	Unidade	R\$ 14,97	1	1132
Lote 20					
46	PASTA FORMATO EM L TRANSPARENTE, tamanho a4	Unidade	R\$ 1,18	1	746
Lote 21					
47	PASTA SUSPensa - em cartão marmorizado plastificado, com arame e ponteira plástica. Acompanha visor e etiqueta, grampo plástico e hastes plásticas com arame e ponteira plástica. Possui vinco marcador de páginas, 8 posições diferentes para grampos, 2 posições para arquivo de saco plástico e 6 posições para visor e etiqueta. Arquivo dois ou mais documentos na mesma pasta. Dimensões aproximadas: 361 x 240 mm, gramatura 336 a 350g/m ² . Caixa com 50 unidades.	Caixa com 50 unidades	R\$ 107,49	1	528
Lote 22					
48	PEN DRIVE, capacidade de 8 G. Peso aproximado de 17 gramas. Tamanho aproximado (LxAxP): 2x0,05 x4cm, conexão USB, compatível com todos os sistemas	Unidade	R\$ 32,01	1	154
49	PEN DRIVE, Dimensões do Pen Drive (A x L x P): 0,45 x 1,23 x 3,90cm, estrutura de metal com uma grande argola para ser presa, compatível com todos os sistemas, Capacidade: 8GB	Unidade	R\$ 34,53	1	53
Lote 23					
50	PERCEVEJO LATONADO, cabeça redonda. caixa com 100 unidades.	Caixa com 100 unidades	R\$ 2,37	1	141
51	PERCEVEJO NIQUELADO de 10 mm. Caixa com 100 unidades	Caixa com 100 unidades	R\$ 2,35	1	147
Lote 24					
52	PERFURADORA PAPEL PARA ESPIRAL, material metal, funcionamento manual, tratamento superficial pintado, tipo furo redondo, capacidade perfuração 20 folhas, características adicionais margeador lateral e de profundidade regulável	Unidade	R\$ 306,40	1	57
Lote 25					
53	PILHA ALCALINA AA	Unidade	R\$ 3,93		244
54	PILHA ALCALINA AAA Ir03, tensão nominal 1,5 v.	Unidade	R\$ 7,53		332
55	PILHA C – MÉDIA	Unidade	R\$ 4,00		60

Lote 26					
56	PINCEL DE PINTURA CHATO Nº 10 quadrado blistado – cabo de madeira – dimensões: 1cm	Unidade	R\$ 2,52	1	81
57	PINCEL DE PINTURA CHATO Nº 6 quadrado blistado – cabo de madeira – dimensões: 1cm	Unidade	R\$ 2,06	1	30
58	PINCEL DE PINTURA CHATO Nº 8 quadrado blistado – cabo de madeira – dimensões: 1cm	Unidade	R\$ 2,17	1	80
Lote 27					
59	PINCEL MARCADOR PERMANENTE ATÔMICO, 100p, escrita grossa, recarregável, tinta a base de álcool, cor AZUL, embalagem com 12 unidades	Embalagem com 12 unidades	R\$ 27,38	1	223
60	PINCEL MARCADOR PERMANENTE ATÔMICO, 100p, escrita grossa, recarregável, tinta a base de álcool, cor PRETA, embalagem com 12 unidades	Embalagem com 12 unidades	R\$ 27,58	1	225
61	PINCEL MARCADOR PERMANENTE ATÔMICO, 100p, escrita grossa, recarregável, tinta a base de álcool, cor VERDE, embalagem com 12 unidades	Embalagem com 12 unidades	R\$ 27,58	1	112
62	PINCEL MARCADOR PERMANENTE ATÔMICO, 100p, escrita grossa, recarregável, tinta a base de álcool, cor VERMELHO, embalagem com 12 unidades	Embalagem com 12 unidades	R\$ 27,58	1	212
Lote 28					
63	PINCEL PARA QUADRO BRANCO – cores variadas – não tóxico	Unidade	R\$ 5,42	10	175
Lote 29					
64	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE, elétrica para cola quente de silicone com 80w, de potencia, BI volt. Corpo injetado em plástico, ponta metálica. Dimensões aproximadas do produto 5x 14x20cm cm. Peso aproximado do produto 270g.	Unidade	R\$ 19,02	1	84
65	PISTOLA DE COLA QUENTE MEDIA, elétrica para cola quente de silicone com 80w, ponta metálica. Dimensões aproximadas do produto 3,1 x 4,1 x 16,3 cm. Dimensões aproximadas da embalagem 7 x 16 x 26 cm. Peso aproximado do produto 200g.	Unidade	R\$ 15,16	1	74
Lote 30					
66	PLÁSTICO TRANSPARENTE med. 24 x 33cm, c/ 4 furos, granulação 0,20 pacote com 100 unidades	Pacote com 100 unidades	R\$ 17,28	1	130
Lote 31					
67	PRANCHETA A4 mdf 230mm x 330mm x 30mm , com prendedor metálico	Unidade	R\$ 5,39	1	87
68	PRANCHETA, de poliestireno, formato ofício, prendedor plástico, poliestireno com régua na lateral	Unidade	R\$ 14,03	1	207
Lote 32					
69	PRATINHOS DESCARTAVEIS PARA BOLO, branco ou transparente. Embalagem com 10 unidades. Dimensões: 18,0 cm x 18,0 cm	Embalagem com 10 unidades	R\$ 1,89	1	1666

Lote 33					
70	REFIL DE COLA QUENTE EM BASTÃO, transparente grosso para pistola GRANDE. Embalagem de 1kg	Embalagem com 1 kg	R\$ 29,30	1	167
71	REFIL DE COLA QUENTE EM BASTÃO, transparente grosso para pistola MÉDIA. Embalagem de 1kg	Embalagem com 1 kg	R\$ 29,20	1	167
Lote 34					
72	RÉGUA COMUM, confeccionada em acrílico transparente rígido, com 3 mm de espessura e 30 cm de comprimento, com graduação milimetrada.	Unidade	R\$ 1,44	5	428
73	RÉGUA COMUM, confeccionada em acrílico transparente rígido, com 3 mm de espessura e 50 cm de comprimento, com graduação milimetrada.	Unidade	R\$ 2,15	5	124
Lote 35					
74	ROLO PAPEL CONTACT LAMINADO DE PVC AUTO-ADESIVO, protegido no verso, por papel siliconado, 45 cm com 10 m.	rolo	R\$ 58,73	1	21
Lote 36					
75	SACO PLÁSTICO EM PP, tipo plástico protetor para documentos, material polipropileno, espessura 37,5 My por parede metragem 24x22 cm, cor CRISTAL. Dimensões aproximadas da embalagem (cm)- AxLxP 24x32x2 cm. Peso aproximado da embalagem do produto (kg) 584g, Embalagem com 100 unidades	Embalagem com 100 unidades	R\$ 31,00	1	277
Lote 37					
76	T.N.T AMARELO, tecido a base de polipropileno e viscose, dimensões aproximadas: 1,40x2m	Unidade	R\$ 3,53	1	231
77	T.N.T AZUL, tecido a base de polipropileno e viscose, Dimensões aproximadas: 1,40x2m	Unidade	R\$ 3,53	1	231
78	T.N.T BRANCO tecido a base de polipropileno e Viscose, dimensões aproximadas: 1,40x2m	Unidade	R\$ 3,53	1	231
79	T.N.T CINZA, tecido a base de polipropileno e viscose, Dimensões aproximadas: 1,40x2m	Unidade	R\$ 3,53	1	231
80	T.N.T ROSA, tecido a base de polipropileno e viscose, Dimensões aproximadas: 1,40x2m	Unidade	R\$ 3,53	1	231
81	T.N.T ROXO, tecido a base de polipropileno e viscose, Dimensões aproximadas: 1,40x2m	Unidade	R\$ 3,53	1	231
82	T.N.T VERDE, tecido a base de polipropileno e Viscose, dimensões aproximadas: 1,40x2m	Unidade	R\$ 3,53	1	231
83	T.N.T VERMELHO, tecido a base de polipropileno e Viscose, dimensões aproximadas: 1,40x2m	Unidade	R\$ 3,53	1	231
Lote 38					
84	TEMPERA GUACHE 250 ml - COR AZUL - solúvel em água	Unidade	R\$ 4,50	1	61
85	TEMPERA GUACHE 250 ml - COR AMARELO - solúvel em água	Unidade	R\$ 4,50	1	81
86	TEMPERA GUACHE 250 ML - COR BRANCO - solúvel em água	Unidade	R\$ 4,50	1	62
87	TEMPERA GUACHE 250 ML - COR CINZA - solúvel em água	Unidade	R\$ 4,50	1	56
88	TEMPERA GUACHE 250 ml - COR LARANJA - solúvel em água	Unidade	R\$ 4,50	1	56
89	TEMPERA GUACHE 250 ml - COR MARROM - solúvel em água	Unidade	R\$ 4,50	1	56
90	TEMPERA GUACHE 250 ml - COR PRETO - solúvel em água	Unidade	R\$ 4,50	1	62
91	TEMPERA GUACHE 250 ml - COR ROSA - solúvel em água	Unidade	R\$ 4,50	1	56
92	TEMPERA GUACHE 250 ml - COR VERDE - solúvel em água	Unidade	R\$ 4,50	1	61
93	TEMPERA GUACHE 250 ml - COR VERMELHO - solúvel em água	Unidade	R\$ 4,50	1	62

Lote 39					
94	TESOURA ESCOLAR, com no mínimo 5" medindo aproximadamente 13 cm, pontas arredondadas, cabo plástico, lâmina em aço inoxidável e formato anatômico	Unidade	R\$ 4,16	1	580
95	TESOURA GRANDE, multiuso com no mínimo 8", medindo aproximadamente 21 cm, cabo plástico, lâmina em aço inoxidável, formato anatômico e de aproximadamente 10cm em aço inoxidável.	Unidade	R\$ 11,39	1	92

3 – PRAZO DE ENTREGA:

3.1. Os materiais deverão ser entregues, contendo as especificações/exigências do objeto, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o envio/recebimento da Autorização de Fornecimento/Empenho.

3.2. A entrega do objeto ficará por conta da contratada, sem ônus ao Município, bem como a sua carga e descarga.

4 – LOCAL DE ENTREGA:

4.1. Os materiais deverão ser entregues no almoxarifado desta prefeitura, na Av. Narciso Silva, nº. 1.751, no horário das 08h às 12hs de segunda a sexta, sem ônus ao Município.

Obs.: Durante a entrega, a carga e descarga do objeto ficam sob responsabilidade da Empresa Vencedora.

5 – FISCALIZAÇÃO

5.1.A fiscalização do contrato ficará a cargo do servidor Librando Jacobsen Filho, almoxarife, matrícula nº 3283, fone: 53-3275.1188.

5.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município e terá as seguintes atribuições:

5.2.1. Receber o objeto deste contrato, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso);

5.2.2. Assegurar à contratada acesso as suas dependências/propriedades, por ocasião da execução deste contrato;

5.2.3. Agir e decidir em nome do Município, inclusive, para rejeitar o(s) serviço(s) prestado(s) em desacordo com as especificações exigidas;

5.2.4. Comunicar oficialmente à seus superiores quanto à rejeição do(s) produto(s)/serviço(s);

5.2.5. Acompanhar, também, os prazos estabelecidos para entrega dos mesmos e da apresentação das faturas, notificando a contratada, por escrito, quaisquer reclamações ou solicitações havidas;

5.2.6. Certificar as notas fiscais correspondentes e encaminhá-las imediatamente ao Órgão Financeiro do Município, após constatar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento;

5.2.7. Exigir da contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

5.3. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto da presente licitação, até 25% do valor inicial atualizado do contrato;

5.4. Caso seja constatado o não-cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o Fiscal do Contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade contratante, que adotará as medidas cabíveis.

5.5. A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6 – DO RECEBIMENTO

6.1. A administração receberá provisoriamente o objeto do contrato para exames, testes e verificação de quantidades, pelo prazo de 10 (dez) dias, sendo que encontradas desconformidades, a coisa será devolvida ao particular no estado em que se encontrar;

6.2. Decorrido o prazo acima, sem manifestação da administração, o recebimento se transformará em definitivo.

7 – DA QUALIDADE E GARANTIA

7.1. Os materiais deverão apresentar qualidade em consonância com as especificações editalícias;

7.2. A administração receberá provisoriamente o objeto do contrato para exames, testes e verificação de quantidades, pelo prazo de 10 (dez) dias, sendo que, encontradas desconformidades, a coisa será devolvida mediante Termo de Devolução ao particular, no estado em que se encontrar, que por sua vez terá o mesmo prazo para devolver o objeto para a Administração;

17.2. Decorrido o prazo acima, sem manifestação da administração, o recebimento se transformará em definitivo.

Capão do Leão/RS, 06 de junho de 2018.

Pedro Gomes Moreira
Pregoeiro



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Av. Narciso Silva, 1195

e-mail: compras@capaodoleao.rs.gov.br Site: www.prefeitura.capaodoleao.com.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2018

ANEXO II MODELO DAS DECLARAÇÕES

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, **DECLARA:**

Declaração que é Beneficiária da Lei 123

Sob as penas da Lei que a empresa supracitada está enquadrada como(Micro empresa ou empresa de Pequeno Porte) e requer os benefícios da Lei Complementar 123 e 147

Declaração que atende o disposto no art. 7º Inciso XXXIII da CF (Modelo)

Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº.8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Declaração que não possui no quadro societário servidor público (Modelo)

Sob as penas de Lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.

.....
(data)

.....
(representante legal)

Nome, CPF, CI, cargo do responsável legal pela assinatura do contrato e forma de contato (telefone/e-mail)

OBS: Verificar o momento da apresentação de cada declaração.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Av. Narciso Silva, 1195

e-mail: compras@capaodoleao.rs.gov.br Site: www.prefeitura.capaodoleao.com.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2018

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

Data:

Pregão Eletrônico nº 036/2018

À

Prefeitura de Capão do Leão

A empresa, com sede na Rua/Av., inscrita no CNPJ sob o nº, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe a esse Município o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Lote	Especificação	Marca	Unidade	Qtde	R\$
nº	Detalhar o(s) item(ns) ofertado(s)	Uma marca		Quantidade ofertada	

Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

Dados Bancários: Banco _____ Ag: _____ Conta Corrente _____

Data: _____

Assinatura: _____ Fone para contato: _____

Nome do Representante Legal do Proponente: _____

Carimbo do C.N.P.J.

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE COMPRA nº. 027/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XX/2018

VALIDADE: UM ANO - __.__.2018

Aos ___ dias do mês de _____ de 2018, a Prefeitura Municipal de Capão do Leão/RS, sediada na Avenida Narciso Silva, nº. 1.195, nesta Cidade, inscrita no **CNPJ sob o nº. 87.691.507/0001-17**, neste ato representado por seu Prefeito, Mauro Santos Nolasco, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO**, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº. 8.883 de 9 de junho de 1994, Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Municipal nº. 095/2005, Decreto Municipal nº. 058/2006 e das demais normas legais aplicáveis, emite a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com o objetivo de formalizar o Registro de Preços, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 036/2018**, homologado em __.__.2018, onde a empresa _____, estabelecida a _____, nº __, Bairro ____ cidade de _____, CEP: _____, **CNPJ nº. _____**, Insc. Estadual: _____, fone: (xx)____, e-mail: _____, por seu representante legal, _____, portador dos documentos CPF:____ e RG:____, é aqui denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**.

Abaixo seguem os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

(detalhamento dos participantes: nº fornecedor e razão social)

As empresas detentoras da Ata dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do Processo e licitação acima especificadas, regidos pelas leis do preâmbulo e pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir:

(detalhamento dos vencedores: nº fornecedor e razão social)

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de REGISTRO DE PREÇOS para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando (detalhe do objeto);

Tudo em conformidade com as especificações constantes no edital nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e atas do Processo e Licitação acima descrito, os quais integram este documento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos itens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado não beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA II – DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM, inscrito na ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

(fornecedor e itens ganhos, com as respectivas especificações, unidades, marcas, quantidades e preço unitário de todos itens)

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao estabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do § 5º do art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória de elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de

transporte, encargos e outros, alusivos à ata da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida da pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do reequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado.

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na linha "d" do inciso II do caput ou do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observando o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente designados pelo órgão gerenciador.

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser considerada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior, estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação as penalidades.

CLÁUSULA III – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº. 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA IV – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação;

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona"

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Compete ao órgão gestor:

5.1.1. A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador dos Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema de Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

5.1.6. Emitir a autorização de compra/fornecimento.

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preço ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação.

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital.

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada.

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da Ata.

5.3. Compete ao Compromitente detentor da ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da ata de Registro de Preços.

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações.

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a administração, no prazo estipulado, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta ata.

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado.

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão.

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo ou até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de registro de Preços.

CLÁUSULA VI – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela Administração, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2020;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela Detentora da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação de cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro de preço deverá ser protocolizada no protocolo geral da administração, ou por e-mail, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA VII – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuada mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, bem como a ficha orçamentária ou a fonte de recurso a ser usada para o montante do pedido.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93, contendo o número de referência da ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o ato ao departamento de Compras, órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade e substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendem as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega, conforme manual do fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. As despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA VIII – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais ou conforme relatório mensal, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das certidões conjunta federal e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada, exceto quando da aquisição de bens e para empresas MEIs.

CLÁUSULA IX – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no §4º do art. 15 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA X – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente ata de registro de preços correrão a cargo dos órgãos ou entidades usuários da Ata, cujos programas de trabalho e elementos de despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas no Edital e ao que dispõe o art. 62 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA XI - DAS PENALIDADES

11.1. **Quando contratado**, ficará sujeito às seguintes sanções e penalidades:

11.1.1. Ficar impedido de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais, conforme o disposto no artigo 7º da Lei no. 10.520/2002, nas hipóteses de:

- a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto,
- b) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- c) cometer fraude fiscal.

11.1.2. Ficar sujeito ainda às penalidades de:

- a) Advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento dos prazos fixados para os serviços previstos no contrato, sendo que estes fatos não causem grandes danos, prejuízos ou transtornos à administração;
- b) Multa no valor correspondente de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total contratado, por dia de atraso no fornecimento, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital, Ata ou Contrato, limitado a 15 (quinze) dias, que após este prazo será considerado inexecução total;
- c) Multa no valor correspondente de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do contrato, motivada pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do Edital, Ata ou Contrato.

11.2. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

11.3. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior;

11.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integra esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº. 0/2018** e a proposta desta Empresa, classificada em 1º lugar no certame supra numerado;

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº. 8.883/94, pelo Decreto Municipal nº. 095/2005 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XIII – DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Pelotas - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

PROMITENTE FORNECEDORA

ENTIDADE GERENCIADORA
PREF. MUN. DE CAPÃO DO LEÃO
Mauro Santos Nolasco
Prefeito Municipal

Fiscalização: _____
Librando Jacobsen Filho
Matrícula nº3283

Recebe, o fiscal supra assinando, cópia fiel deste termo.

Este edital se encontra
examinado e aprovado por esta
Assessoria Jurídica.

Em, ___/___/___

Amanda S. Lopes